

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 164.701 - RS (2019/0085586-4)

RELATOR : **MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**
SUSCITANTE : LUMIBRAS INDÚSTRIA METALÚRGICA LTDA - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
ADVOGADOS : DORVALINO TIZATTO - RS006329
VANDERLEI LUIS WILDNER - RS036737
AIR PAULO LUZ - RS035806
SUSCITADO : JUÍZO DE DIREITO DA VARA DE GARIBALDI - RS
SUSCITADO : JUÍZO DA 2ª VARA DO TRABALHO DE BENTO GONÇALVES - RS
INTERES. : CARLOS OTAVIO ANDRADE
ADVOGADO : PATRÍCIA OMIZZOLO - RS066693

DECISÃO

Trata-se de conflito positivo de competência, com pedido liminar, sendo suscitante LUMIBRAS INDÚSTRIA METALÚRGICA LTDA., tendo como suscitados o JUÍZO DE DIREITO DA VARA DE GARIBALDI - RS e o JUÍZO DA 2ª VARA DO TRABALHO DE BENTO GONÇALVES - RS.

A suscitante alega que, em 11/10/2016, pleiteou junto ao primeiro suscitado os benefícios da recuperação judicial (processo nº 051/1.16.0002375-2 (0003795-40.2016.8.21.0051), nos termos da Lei nº 11.101/2005, cujo processamento foi deferido em decisão publicada em 17/10/2016. Ficou determinada a suspensão de todas as ações e execuções contra a empresa recuperanda, bem como o curso dos prazos prescricionais, ressalvadas as ações que versassem quantias ilíquidas, ações trabalhistas, execuções fiscais e aquelas ações mencionadas nos §§ 3º e 4º da LRE.

Sustenta que, a despeito do referido processamento, o segundo juízo suscitado, na Reclamação Trabalhista nº 0021524-77.2016.5.04.0512, determinou a execução forçada da obrigação que culminou em penhoras de valores em suas contas correntes, bem como de bens dos sócios da sucitante.

Aduz que o crédito trabalhista já está sendo pago na forma prevista no plano de recuperação e que os valores bloqueados são de crucial importância para a manutenção das atividades empresariais.

Defende que *"O prosseguimento de execuções gera desigualdade entre os credores, assim como coloca em risco o patrimônio da recuperanda e conseqüentemente o processo de recuperação"* (fl. 16 e-STJ).

Assim, pugna pela concessão de liminar para a suspensão imediata da referida reclamação trabalhista, liberando os valores indevidamente constrictos. Pleiteia, ainda, pela designação do Juízo primeiro suscitado para resolver provisoriamente todas as medidas urgentes.

Ao final, pugna pela declaração da competência universal do juízo recuperacional para a realização de atos constritivos.

É o relatório.

DECIDO.

Registre-se, preliminarmente, que o presente incidente dispensa maiores esclarecimentos pelos juízos conflitantes e que a hipótese dos autos não se enquadra em nenhuma daquelas previstas no artigo 178 do Código de Processo Civil de 2015, dispensando-se também o parecer do Ministério Público Federal, a teor do que dispõe o parágrafo único do artigo 951 do CPC/2015.

Observa-se, de pronto, inexistir conflito de competência entre os Juízos ora suscitados.

Apesar de a suscitante alegar que teve valores seus penhorados, consta dos autos afirmação categórica do Juízo trabalhista de que não foi praticado ato de constrição contra bens da recuperanda. Tal Juízo defendeu ainda sua competência para processar atos executórios contra os sócios da empresa e que não caberia a esta postular direitos de terceiros.

Nesse contexto, não se tratando de constrição de patrimônio albergado na recuperação judicial, não há falar em conflito de competência, a teor do que dispõe a Súmula nº 408/STJ ("*O juízo da recuperação judicial não é competente para decidir sobre a constrição de bens não abrangidos pelo plano de recuperação da empresa*").

Nesse sentido:

"CONFLITO DE COMPETÊNCIA - RECUPERAÇÃO JUDICIAL - REDIRECIONAMENTO DA EXECUÇÃO - RECONHECIMENTO PELA JUSTIÇA DO TRABALHO DE EXISTÊNCIA DE GRUPO ECONÔMICO - INCIDÊNCIA DA SÚMULA 480 DO STJ - INCIDENTE UTILIZADO COMO SUCEDÂNEO DE RECURSO - INOCORRÊNCIA DE INVASÃO DE COMPETÊNCIA.

1. Não há conflito de competência quando o redirecionamento da execução trabalhista para empresas do mesmo grupo econômico não atingir o patrimônio daquela em regime de recuperação judicial. Aplicação da Súmula 408 do STJ.

2. Nestes termos, o presente incidente processual não é sucedâneo de recurso para reverter a decisão da justiça especializada que, em sede de exceção de pré-executividade, reconheceu a existência de responsabilidade solidária entre sociedades coligadas. Precedentes da Segunda Seção.

3. Conflito de competência não conhecido."

(CC 145.428/SP, Rel. Ministro MARCO BUZZI, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 8/6/2016, DJe 17/6/2016 - grifou-se)

"PROCESSUAL CIVIL. CONFLITO DE COMPETÊNCIA. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. EXECUÇÃO TRABALHISTA. DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA PELA JUSTIÇA DO TRABALHO. CONSTRIÇÃO DE BENS DOS SÓCIOS. NÃO CONFIGURAÇÃO DE CONFLITO.

1. A desconsideração da personalidade jurídica ou o reconhecimento da existência de grupo econômico não é de competência exclusiva do Juízo que processa a recuperação judicial.

2. Não se configura conflito de competência quando constrito bem de sócio da empresa em recuperação judicial, à qual, na Justiça do Trabalho, foi aplicada tal providência. Isso porque, em princípio, salvo decisão do Juízo da recuperação em sentido contrário, os bens dos sócios ou de outras sociedades do mesmo grupo econômico da devedora não estão sujeitos a recuperação judicial. Precedentes.

3. Atuando as autoridades judiciárias no âmbito de sua competência, não se configura conflito positivo.

4. Conflito de competência não conhecido."

(CC 124.065/SP, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 26/10/2016, DJe 3/11/2016 - grifou-se)

"AGRAVO REGIMENTAL. CONFLITO POSITIVO. RECLAMAÇÃO TRABALHISTA. EXECUÇÃO. EXISTÊNCIA DE GRUPO ECONÔMICO. AÇÃO EM QUE SE DISCUTE A INEXISTÊNCIA DE RELAÇÃO JURÍDICA QUE VINCULE A SUSCITANTE À RECLAMADA. TRAMITAÇÃO NA JUSTIÇA COMUM. INCIDENTE UTILIZADO COMO SUCEDÂNEO DE RECURSO. IMPOSSIBILIDADE. NÃO OCORRÊNCIA DE INVASÃO DE COMPETÊNCIA.

1. A Justiça do Trabalho, no âmbito da legislação específica, possui competência para desconsiderar a personalidade jurídica, declarar a existência de grupo econômico e redirecionar a execução em face de empresa a ele pertencente. Precedentes.

2. Não configura o conflito de competência a circunstância de a Justiça do Trabalho, para apreciar a incidência, no caso, da regra do art. 2º, § 2º, da CLT, haver levado em conta documentos tais como contrato de locação e contratos sociais, os quais também baseiam as alegações da suscitante em ação ajuizada perante a Justiça Comum. De igual modo, nenhuma restrição há, no ordenamento jurídico, o qual é uno, à interpretação, pela Justiça do Trabalho, de regras da lei civil.

3. Nesses termos, não é o conflito de competência sucedâneo de recurso para reverter a decisão da Justiça do Trabalho.

4. Agravo regimental a que se nega provimento."

(AgRg no CC 140.410/DF, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 23/9/2015, DJe 1º/10/2015 - grifou-se)

Ante o exposto, não conheço de plano do conflito de competência.

Publique-se. Intime-se.

Brasília (DF), 28 de março de 2019.

Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA
Relator